

LEI N° 2.296, DE 27 DE JUNHO DE 2025

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2026 e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GUARABIRA**, Estado da Paraíba. Faço saber que o Poder Legislativo aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- **Art. 1º** Em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, e no inciso V do art. 18 da Lei Orgânica do Município de Guarabira, e nas normas contidas na Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000, são estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Município de Guarabira para o exercício de 2026, compreendendo:
 - I As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
 - II A estrutura e a organização dos orçamentos;
 - **III -** As diretrizes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
- **IV** As diretrizes gerais, as orientações e os critérios para elaboração e a execução do Orçamento do município para o exercício de 2026, e suas alterações;
 - V As disposições sobre alterações na legislação tributária;
 - VI Critérios para a transferência de recursos a entidades públicas e privadas;
- **VII -** As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais.
 - VIII A promoção do equilíbrio fiscal;
 - IX As disposições gerais e finais.
- **Art. 2º** Em conformidade com o que dispõe os §§ 1º, 2º, 3º do art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, integram ainda presente Lei:
- I O Anexo de Metas Fiscais, consolidado pela Secretaria de Finanças, onde serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para os exercícios de 2026, 2027 e 2028.

Este Anexo conterá, ainda:

- a) Metas Anuais.
- b) Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c) Metas Fiscais Anuais comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos três Exercícios Anteriores:
- d) Evolução do Patrimônio Líquido;
- e) Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
- f) Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS e Projeção Atuarial do RPPS
- g) Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;
- h) Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
- i) Ações de Capital para o exercício de 2026.





II – e o Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetas as contas públicas.

CAPÍTULO I DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Seção Única

- **Art. 3º** As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2026, têm o seguinte objetivo:
 - I valorização do setor público como gestor de bens e serviços essenciais;
 - II austeridade na utilização dos recursos públicos:
 - III Transparência na ação governamental;
- **IV** desenvolvimento social, econômico e administrativo do Município, com vistas ao fortalecimento de seu papel como referência no contexto da região em que está situado;
- **V** utilizar os instrumentos de política urbana com o objetivo de induzir o desenvolvimento da cidade, na forma preconizada no Plano Diretor e na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece Diretrizes Gerais da Política Urbana Estatuto da Cidade;
- **VI -** melhoria das condições de vida da população, nos seus aspectos de mobilidade urbana, alimentação, saúde, habitação, educação e oportunidade de trabalhos produtivos;
- **VII -** assistência e proteção à maternidade, à infância, à criança, ao adolescente, ao idoso e aos que necessitarem de auxílios ao Poder Público;
 - VIII combate sistemático ao analfabetismo;
 - IX ampliação das oportunidades educacionais e da melhoria do ensino:
- **X** indução ao desenvolvimento sustentável da produção local através do estímulo ao empreendedorismo; à organização do trabalho coletivo e associado, com ênfase na economia solidária; do apoio e do fomento à economia popular, através do investimento em ações de fortalecimento à produção, à comercialização e ao consumo, bem como do desenvolvimento de programas nas áreas de aperfeiçoamento do marco regulatório, da profissionalização, da intermediação de mão de obra e de geração de trabalho e renda;
- XI promoção social à família, à criança e ao adolescente e à população idosa com ênfase no cumprimento das políticas estabelecidas no Estatuto do Idoso, Estatuto da Criança e do Adolescente devendo na lei orçamentária, os recursos relativos a programas sociais serem prioritariamente destinados ao atendimento de habitantes em situação de vulnerabilidade social e econômica do Município;





- **XII -** Estabelecer prioridades ao SUAS, ampliando os serviços prestados à população vulnerável;
- **XIII -** oferta de vagas no ensino infantil e fundamental, para todas as crianças em idade escolar dentro das expectativas do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Municipal de Educação (PME) garantindo o direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais com melhoria do ensino;
- **XIV -** valorização dos profissionais da educação para assegurar que as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e do Plano Municipal de Educação (PME) sejam atingidas;
- XV promoção do acesso à educação básica, melhoria na qualidade do ensino e da aprendizagem, melhoria na Educação de Jovens e Adultos, manutenção do conjunto de ações e dos programas educacionais de Oficinas Pedagógicas, garantindo atividades de reforço escolar, atualização, aperfeiçoamento e qualificação dos docentes, com requalificação da rede física das unidades públicas, promoção de práticas pedagógicas inclusivas que visem oferecer oportunidades e habilidades, reconhecendo as diferenças e buscando o progresso e participação na sociedade e intensificação das ações conjuntas entre as outras políticas sociais do município;
- **XVI -** oferta de acompanhantes especializados para o aluno com transtorno do Espectro Autista no sistema municipal de ensino;
- **XVII -** capacitação e instrução aos acompanhantes especializados de alunos com transtorno do Espectro Autista no sistema municipal de ensino;
- **XVIII -** redução das desigualdades e à valorização da diversidade que visem a equidade;
- **XIX -** redução da taxa de evasão escolar, implementando programas de garantia de escola, esporte e lazer;
- **XX -** ampliação do sistema de garantia de direitos e proteção social para pessoas em condição de vulnerabilidade ou risco, com estabelecimento de políticas de inclusão socioeconômicas e combate ao preconceito e à discriminação;
- **XXI -** restauração da rede física e melhoria da qualidade dos serviços de saúde de acesso universal, igualitário e gratuito prestados na rede municipal com destaque para os níveis de atendimento que proporcione a melhoria da qualidade de vida da população, redução da mortalidade infantil e combate as epidemias/pandemias, mediante consolidação das ações básicas de saúde e saneamento;
- **XXII -** manutenção do diálogo com a sociedade civil sobre os programas de governos, planos, metas e prioridades dentro do orçamento público municipal, através de mecanismos que instiguem a participação popular, por meios físicos e/ou eletrônicos;





- **XXIII -** criação e manutenção de equipamentos para prática de esportes nos diversos espaços públicos;
- XXIV iluminação pública com economia e eficiência através de substituição de lâmpadas e melhorias nos logradouros públicos;
- **XXV** aprimoramento dos investimentos na área da saúde, promovendo a melhoria do atendimento da atenção básica e especializada, intensificando a integração dos serviços oferecidos a população de maior vulnerabilidade;
- XXVI desenvolvimento do atendimento à saúde da população, com o incremento de ações, que visem à melhoria dos programas implantados e a implantar;
- **XXVII** promoção, apoio e incentivo à formação cultural e ao acesso da população, especialmente da criança, aos bens e atividades culturas de forma integrada às outras políticas sociais do município, criação e produção artístico-culturais da sociedade com ênfase na cultura popular, promoção de medidas visando a recuperação e valorização do patrimônio cultural;
- **XXVIII** assistência e proteção as pessoas com transtorno do espectro autista, por meio de ações integradas desenvolvidas no âmbito da saúde, da educação e da assistência social:
- XXIX ampliação e aperfeiçoamento do sistema de garantia de direitos para crianças e adolescentes no município, com ênfase no fortalecimento da rede de serviços e de proteção, a exemplo de combate a abusos cometidos contra crianças e adolescentes, ao combate à exploração do trabalho infantil, buscando o permanente monitoramento das políticas públicas, o fortalecimento dos conselhos de direito e do conselho tutelar e na busca da ampliação dos recursos destinados ao cofinanciamento das políticas públicas;
- **XXX** ampliação do sistema de garantia de direitos e proteção social para pessoas em condição de vulnerabilidade ou risco, com estabelecimento de políticas de inclusão socioeconômica e combate ao preconceito e à discriminação;
- XXXI acessibilidade universal para pessoas com deficiência; prioridade para adequação dos espaços e equipamentos públicos;
- XXXII realização de concurso público para reposição de vagas do quadro geral de servidores e de processos seletivos simplificados para os casos de contratação por excepcional interesse público;
- XXXIII realização de ações de conscientização, valorização e desenvolvimento de políticas públicas para a classe LGBTQIA+;
- **XXXIV** realização de ações de conscientização, valorização e desenvolvimento de políticas públicas para os portadores de necessidades especiais;





XXXV - realização de ações de conscientização, valorização e desenvolvimento de políticas públicas para mulheres;

XXXVI - pavimentação de ruas e melhorias de infraestrutura urbana e de saneamento básico;

XXXVII - fomento à articulação entre o município de Guarabira e o Fórum Regional de Turismo do Brejo, com vistas ao desenvolvimento turístico-econômico sustentável, de cooperação cultural e práticas de turismo, promovendo o desenvolvimento turístico e econômico integrado da região;

XXXVIII - Desenvolvimento em articulação com Governos Federal, Estadual e outros organismos de programas visando à implantação de políticas de:

- a) Preservação do meio-ambiente através de incentivo de projetos de educação ambiental e sustentabilidade;
- b) Melhoria das condições de moradia da população de baixa renda;
- c) Preservação do patrimônio histórico cultura e político social;
- d) Incentivo a projetos que estimulem o ecoturismo, turismo religioso e outras atividades turísticas do município;
- e) Saneamento Básico;
- f) Aprimorar a infraestrutura municipal;
- g) Implantação de politicas que valorizem o homem do campo;
- h) Ampliação de políticas de saúde publica;
- i) Garantir implantação de educação no campo, ensino de culturas afrodescendentes e indígenas nas escolas (Lei 10.639/2003)
- j) Assistência ao homem do campo.
- **§1º.** As ações e metas prioritárias da Administração Pública Municipal, poderão ser atualizadas, revistas, e, em sendo o caso, substituídas e/ou transferidas entre unidades orçamentarias do órgão, quando do envio dos Projetos de Lei do Plano Plurianual PPA 2026-2029, suas revisões e da Lei Orçamentária Anual LOA 2026.
- **§2º.** O Município buscará parcerias com os governos estadual e federal objetivando o auxílio necessário ao alcance das metas estabelecidas neste artigo.

CAPÍTULO II DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Seção Única

Art. 4º As definições dos termos e os conceitos constantes desta Lei são aqueles estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.





CAPÍTULO III DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO MUNICIPAL

Seção I Do Equilíbrio

Art. 5º Na elaboração da proposta orçamentária do Município para o exercício de 2026 será assegurado o equilíbrio, na forma da LC nº 101/2000, não podendo o valor das despesas fixadas serem superiores as das receitas previstas.

Seção II Projeto de Lei Orçamentária

- **Art. 6º** O Projeto de Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2026 será elaborado de forma compatível com a Lei Complementar nº 101/2000, com a Lei 4.320/64, com as disposições da Constituição Federal, com o plano plurianual e com as disposições desta Lei, obedecendo aos prazos constantes na Legislação em vigor.
- **§1º.** Poderão deixar de constar da proposta orçamentária, para o exercício de 2026, programas, projetos e metas existentes no plano plurianual em vigor, em decorrência da compatibilização das despesas com a previsão de receitas, sem prejuízo das prioridades aqui definidas.
- $\S2^{\circ}$. Poderão ser desdobrados em projetos específicos na proposta orçamentária os projetos imprecisos constantes do plano plurianual, consoante disposição de \S 4° do art. 5° da LC N° 101/2000.
- **§3º.** Não poderão ser incluídos na Lei orçamentária projetos novos com recursos provenientes da anulação de projetos em andamento.
- **§4º.** Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2026 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos anexos do Plano Plurianual não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.
- **Art. 7º** O Projeto de Lei orçamentária de 2026 que o Poder Executivo encaminhará ao Poder legislativo Municipal será constituído de:
 - I Projeto de Lei Orçamentária anual, constituído de texto e demonstrações;
- **II –** Anexos, compreendendo o orçamento fiscal e de seguridade social, contendo os seguintes demonstrativos:
 - a) Receita e Despesa dos Orçamentos Fiscais e Seguridade Social por Categoria Econômica.
 - b) Demonstrativo da Receitas segundo as Categorias Econômicas
 - c) Demonstrativo da Despesas segundo as Categorias Econômicas
 - d) Demonstrativo das Funções por Programa de Trabalho
 - **e)** Demonstrativo das Funções, Subfunções e Programas por Projeto, Atividades e Operações Especiais.
 - f) Demonstrativo das Funções, Subfunções e Programas conforme o vínculo com os Recursos





- g) Demonstrativo das Despesas por Unidades Orçamentárias e por Categoria Econômica
- h) Despesa por órgãos e funções;
- i) Recursos destinados ao Fundo de manutenção e desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério FUNDEB;
- j) Programação referente ao atendimento da aplicação em ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Emenda Constitucional nº 29/2000.
- **§1º.** No Projeto de Lei Orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas em moeda nacional, segundo os preços vigentes em agosto de 2025.
- **§2º**. Na estimativa das receitas considerar-se-á a tendência do presente exercício, as respectivas para a arrecadação no exercício de 2025 e as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentária.
- **§3º.** As despesas e as receitas do orçamento anual serão apresentadas de forma sintética e agregadas, evidenciando o "déficit" ou "superávit" corrente.
- **Art. 8º** No texto da Lei Orçamentária para o exercício de 2026 constará autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 40% (quarenta por cento) do total da receita prevista, assim como autorização para remanejamento, transposição e transferência de uma Unidade para outra das dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2026 e em créditos adicionais.
- **Art. 9º** O Orçamento para o exercício de 2026 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo, Executivo e Administração Indireta, podendo subdividir as Unidades Gestoras.
- **Art. 10.** A proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições do art. 166, § 3º da Constituição Federal, devendo o orçamento ser devolvido à sanção do Poder Executivo devidamente consolidado, na forma da Lei.
- **Art. 11.** O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificação nos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual enquanto não iniciada a votação, na Comissão Específica.
- **Art. 12.** Observadas as prioridades a que se refere o artigo 2º desta lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais, somente incluirão novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista se:
 - I houverem sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;
- II estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;
 - **III –** estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;
- IV os recursos alocados destinaram-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de créditos, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.





Art. 13. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, à alocação dos recursos na Lei Orçamentaria de 2026 e em créditos adicionais, e a sua execução, deverão propiciar o controle dos valores transferidos e dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Parágrafo único. O controle de custos de que trata o *caput* será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, de maneira a permitir o acompanhamento das gestões orçamentárias, financeira e patrimonial.

Art. 14. As dotações orçamentárias constantes nos orçamentos fiscal e da seguridade social serão agregadas segundo órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas de governo e ação.

Seção III Da Classificação das Receitas e Despesas

- **Art. 15.** Na Lei Orçamentária a discriminação da despesa, quanto a sua natureza, farse-á por categoria econômica, grupo de natureza de despesa, devendo esta ser detalhada por modalidade de aplicação e fontes/destinação de recursos.
- **§1º.** A categoria econômica tem como finalidade identificar se a despesa é Corrente ou de Capital. As despesas correntes são as que não contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital e as despesas de capital contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.
- **§2º**. O grupo de natureza de despesas é um agregador de elementos de despesas com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:
 - I grupo 1 Pessoal e Encargos Sociais
 - II grupo 2 Juros e Encargos da Dívida;
 - III grupo 3 Outras Despesas Correntes;
 - **IV** grupo 4 Investimentos;
 - **V** grupo 5 Inversões Financeiras;
 - VI grupo 6 Amortização da Dívida;
 - VII grupo 7 Reserva de Contingência.
 - §3º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:
- I mediante transferência financeira, inclusive decorrente de descentralização orçamentaria para outras esferas do Governo, seus órgãos, fundos ou entidades ou diretamente para entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições;
- **II –** diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade, no âmbito do mesmo nível do Governo.
- **§4º** A especificação da modalidade de aplicação, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/2001 e suas alterações, da Secretaria de Orçamento Federal SOF e da Secretaria do Tesouro Nacional STN.





Art. 16. As ajudas e doações a pessoas físicas deverão processar-se de conformidade com a Lei Municipal, que regulamenta a destinação de recursos para atender doações a pessoas carentes, visando suprir necessidades comuns e de baixo custo, estabelecendo critérios e forma de comprovação.

Parágrafo Único. A Administração poderá conceder doações em espécie, utilizandose da rubrica 3.3.90.48 — Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas, ou em produtos e serviços utilizando-se da rubrica 3.3.90.32 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita, obedecendo a legislação municipal específica.

- **Art. 17.** As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito (Art. 45 da LRF).
- **Art. 18.** Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela administração municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes previstos na Lei Orçamentária (Art. 62 da LRF)
- **Art. 19.** As alterações decorrentes da abertura de créditos adicionais integrarão os quadros de detalhamento da despesa.
- **Art. 20.** A Classificação da Receita a ser dotada para o orçamento de 2026 obedecerá às disposições do Anexo I da Lei Federal nº 4.320, atualizada pela Portaria 163/2001 e suas alterações.

Parágrafo único. A Classificação orçamentária poderá ser alternada diante da superveniência de norma estabelecida pela União Federal.

Art. 21. Fica estabelecido, de acordo com emenda a Lei Orgânica do Município, o percentual de 1,0% (um por cento) da receita corrente líquida para execução das emendas individuais do Poder Legislativo.

CAPÍTULO IV DAS RECEITAS

Seção Única

- **Art. 22.** A execução da receita obedecerá às disposições das Seções I e II do Capítulo III, arts. 11 a 14 e demais disposições da LC nº 101/2000, assim como Portaria 326 STN.
- **§1º.** Na elaboração da proposta orçamentária para 2026 serão levados em consideração, para efeito de previsão de receita, os seguintes fatores:
 - I efeitos decorrentes de alterações na legislação;
 - II variações de índices de preços;
 - III crescimento econômico;
 - IV Índice inflacionário





- **§2º**. A reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será permitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal, nos termos do §1º, do art. 12 da LC Nº 101/00.
- **Art. 23.** A concessão de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária da qual ocorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, na forma prevista na LC Nº 101/2000.

CAPÍTULO V DAS DESPESAS COM PESSOAL

Seção Única

- **Art. 24.** Os gastos com pessoal obedecerão às normas e limites estabelecidos nos art. 18º a 23º e demais disposições da LC Nº 101/2000.
- **Art. 25.** O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias, após o encerramento de cada quadrimestre, Relatório de Gestão Fiscal, explicitando, de forma individualizada, os valores de cada item considerado para efeito do cálculo das receitas liquidas e das despesas totais de pessoal, evidenciando o percentual das receitas comprometidas com pessoal.
- **§1º.** Para efeito do cálculo de que trata este artigo, entende-se como despesas de pessoal, o somatório dos gastos do Município com ativos, inativos e os pensionistas, relativos a mandato eletivos, cargos, funções ou empregos, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens fixas e variáveis, subsídios, proventos de aposentadoria, pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas à entidade de previdência, deverão ser incluídas as despesas relativas à contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da legislação vigente.
- **§2º.** A despesa total com pessoal, para o atendimento das disposições da LC Nº. 101/00 será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.
- §3°. Cabe à Controladoria Geral do Município, com auxílio do serviço de contabilidade fazer a apuração dos gastos referenciados nos §§1° e 2° deste artigo.
- **Art. 26.** Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1º, II, da Constituição Federal, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos ou reajustamentos de remuneração, inclusive a revisão da remuneração dos servidores e o subsídio, de que trata o inciso X, do art. 37 da Constituição Federal, com a redação dada pela EC nº 19/98, para o exercício de 2026, será autorizada por lei específica, observada a iniciativa de cada Poder, sempre na mesma data e sem distinção de índices, respeitados os limites constantes da LC Nº 101/00, devendo estar autorizado, também, obedecendo a legislação vigente, conceder reajuste aos gentes Políticos e Secretariados, limitado ao estabelecido para os servidores municipais.





- **Art. 27.** O Poder Público poderá promover a criação de novos cargos ou função e/ou reestruturação do Plano de Cargos e Salários do município, reestruturação de estrutura organizacional do Poder Público Municipal, criação de Autarquias, contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e admitir pessoal aprovado em concurso público, nos termos da legislação vigente.
- **Art. 28.** Na forma do art. 37, da Constituição Federal, ficam os Poderes Legislativo e Executivo, autorizados a realizar Concurso Público, desde que devidamente justificados e observando os limites definidos na legislação.
- **Art. 29.** A realização de gastos adicionais com pessoal, a qualquer título, quando a despesa houver extrapolado os percentuais previstos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101, de 2000 e suas alterações, somente poderão ocorrer, quando destinado ao atendimento de relevantes interesses públicos, de situações emergenciais de risco ou prejuízo para sociedade e à revisão geral anual das remunerações dos servidores públicos prevista na Constituição, especialmente os voltados para as áreas de saúde, educação e assistência social.
- **Art. 30**. Não são consideradas, para efeito do cálculo dos limites da despesa com pessoal, aquelas realizadas com pagamento de pessoas físicas, autônomas, de caráter eventual, para conservação, recuperação, instalação, ampliação e pequenos reparos de bens móveis, imóveis, equipamentos e materiais permanentes e de serviços complementares que não constituem atribuições do órgão ou entidade contratante, bem como a prestação de serviços no âmbito do Poder Legislativo.

CAPÍTULO VI DAS TRANSFERÊNCIAS E SUBVENÇÕES

Seção I Repasse de Recursos ao Poder Legislativo

- **Art. 31.** O Poder Legislativo terá como limite de suas despesas correntes e de capital em 2026, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, o total da receita tributária mais transferências constitucionais realizadas no ano anterior, conforme estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal.
- **Art. 32.** Os repasses de recursos ao Poder Legislativo serão feitos pela Prefeitura na data estabelecida no art. 168 da Constituição Federal, através de suprimento de fundos de conformidade com a Emenda Constitucional nº 58 de 23 de setembro de 2009, devendo o controle interno (Contadoria) da Câmara Municipal, consoante art. 74 da Constituição Federal, encaminhar os balancetes ao Poder Executivo, até o décimo dia útil do mês subsequente, para efeito de processamento consolidado.





Seção II Repasses a Instituições Públicas e Privadas

- **Art. 33.** Poderá ser incluída na proposta orçamentária para 2026, bem como em suas alterações, dotações a título de transferências de recursos orçamentários privados sem fins lucrativos, não pertencentes ou não vinculados ao Município, a título de subvenções sociais e sua concessão dependerá, respeitadas as disposições da LC Nº 101/2000, de formalização do instrumento de liberação de recursos e das regras do art. 184 da Lei n° 14.133/2021 e alterações posteriores.
- I de que as entidades sejam de atendimento direto ao público, nas áreas de assistência social, saúde ou educação e estejam registradas e aptas para celebrar o convênio no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, Conselho Municipal de Saúde – CMS ou Conselho Municipal de Educação;
- **II –** de lei específica, autorizativa da subvenção, inclusive, quando destinadas através de emendas individuais;
- **III –** da prestação de contas de recursos recebidos no exercício anterior, que deverá ser encaminhada, pela entidade beneficiária, até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente, ao setor financeiro da Prefeitura e ao Conselho Municipal registrado, nos casos previstos, na conformidade do parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 e das disposições da Resolução T.C. Nº 05/93 de 17.03.93, do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba;
- **IV** da comprovação, por parte da instituição, do seu regular funcionamento, mediante atestado firmado por autoridade competente;
- **V** da apresentação dos respectivos documentos de constituição da entidade, até 31 de julho de 2025.
- **VI –** Não se encontra em situação de inadimplência no que se refere a Prestação de Contas de subvenções recebidas de órgãos públicos de qualquer esfera de governo.
- **Parágrafo único.** Não constará na proposta orçamentária para o exercício de 2026, dotações para as entidades que não atenderem ao disposto nos incisos, I, III, IV e V do presente artigo.
- **Art. 34.** A inclusão, na lei orçamentária anual, de transferências de recursos para o custeio de despesas de outros entes da Federação somente poderá ocorrer em situações que envolvam claramente o atendimento de interesses locais, atendidos os dispositivos constantes do artigo 62 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

CAPÍTULO VII DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO CICLO ORÇAMENTÁRIO

Seção Única Dos procedimentos e prazos

Art. 35. A comunidade poderá participar da elaboração do orçamento do Município, oferecendo sugestões:





- I ao Poder Executivo, até 30 de julho do corrente ano, junto à Secretaria de Planejamento, por meio presencial, ou através de questionários físico ou virtual disponibilizados em endereço oficial eletrônico, ou em reuniões e audiências físicas ou virtuais, convocadas pelo Poder Público;
- **II –** ao Poder Legislativo, na comissão técnica, durante o período de tramitação da proposta orçamentária, respeitados os prazos e disposições legais e regimentais.

Parágrafo único. As emendas aos orçamentos indicarão, obrigatoriamente, a fonte de recursos, justificativa escrita e atenderão as demais exigências de ordem constitucional e infraconstitucional.

CAPÍTULO VIII DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DA FISCALIZAÇÃO

Seção I Da Limitação do Empenho

- **Art. 36.** Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do artigo 9°, e no inciso II do parágrafo 1° do artigo 31, todos da Lei Complementar n° 101/2000, o Poder Executivo e o Poder legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, podendo definir percentuais específicos, para o conjunto de projetos, atividades e operações especiais.
- **§1º.** Excluem do *caput* deste artigo às despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.
- § 2º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:
 - I com pessoal e encargos patronais;
- II com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o dispositivo no artigo 45 da Lei complementar nº 101/2000;
- **Art. 37.** O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2026 o Cronograma Mensal de Desembolso e as Metas Bimestrais de Arrecadação nos termos dos artigos 8º e 13 da Lei Complementar Federal nº 101.

Seção II Do Controle Interno

- **Art. 38.** Compete ao Órgão Central do Sistema de Controle Interno dos Poderes Executivo e Legislativo, a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamento.
- **Art. 39.** Até a publicação de código de administração financeira própria, o Município adotará as normas e regulamentos do Código de Administração Financeira do Estado da Paraíba, respeitada as disposições da legislação federal em vigor.





CAPÍTULO IX DAS VEDAÇÕES

Seção Única Disposições Gerais

- **Art. 40.** Será considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação em desacordo com o art. 15 da LC nº 101/2000, quando desacompanhadas de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos subsequentes, bem como de declaração expressa do ordenador da despesa que o aumento da despesa tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual.
- **Art. 41.** É vedada a inclusão na lei orçamentária, bem como em suas alterações, de recursos para pagamento a qualquer título, pelo Município, inclusive pelas entidades que integram os orçamentos fiscais e da seguridade social, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, pelo órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou por aquele que estiver eventualmente lotado.

CAPÍTULO X DAS DÍVIDAS

Seção I Da Dívida Fundada Interna

Subseção I Dos Precatórios

- **Art. 42.** Será consignada, no orçamento para o exercício de 2026, dotação específica para o pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais de pequeno valor e de precatórios, na forma da legislação pertinente, observadas as disposições dos §§ 1º e 2º deste artigo.
- **§1º.** Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II art. 75 da Lei 14.133/2021.
- **§2º.** Os precatórios encaminhados pelo Poder Judiciário ao Poder Executivo Municipal, até 1º de julho de 2025, serão incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2026, conforme determina o art. 100, § 1º, da Constituição Federal.
- **§3º.** O Controle Interno da Prefeitura registrará e identificará os beneficiários dos precatórios, seguindo a ordem cronológica de suas exigências, através dos serviços de contabilidade.





Subseção II Da Amortização e do Serviço da Dívida Fundada Interna

- **Art. 43.** O Poder Executivo deverá manter registro individualizado da Dívida Fundada Interna, inclusive decorrente de assunção de débitos para com órgãos previdenciários, no Setor de Contabilidade, para efeito de acompanhamento.
- **Art. 44.** O resgate das parcelas da dívida, bem como os encargos, obedecerá à disposição da LC Nº 101/2000.

CAPÍTULO XI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Seção I Dos Prazos

- **Art. 45.** A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2026 será entregue ao Poder Legislativo até o **dia 30 de setembro de 2025** e devolvido para sanção até 30 (trinta) de dezembro, consoante disposições da Constituição do Estado da Paraíba.
- **Art. 46.** A proposta orçamentária parcial do Poder Legislativo, para o exercício de 2026, será entregue à Secretaria de Planejamento até 31 (trinta e um) de junho de 2025 para efeito de compatibilização com as despesas do Município que integrarão a proposta orçamentária, observadas as disposições do art. 29-A da CF, com a redação que lhe deu a emenda 58/2009, podendo, em decorrência de erro ou omissão, ser ajustado pelo Poder Executivo através de seu Setor Contábil e Financeiro, evidenciando os motivos.

Seção II Alterações na Legislação Tributária

- **Art. 47.** Os projetos de Lei relativos a alterações na legislação tributária, para vigorar no exercício de 2026, deverão ser encaminhados ao Poder Legislativo até novembro de 2025 e **impreterivelmente** ser apreciado pelo Poder Legislativo antes do recesso parlamentar, sob pena de responder por crime de responsabilidade e improbidade administrativa.
- **Art. 48.** Ocorrendo alterações na legislação tributária, posteriormente ao encaminhamento do Projeto de Lei Orçamentária Anual ao Poder Legislativo Municipal, que impliquem, acréscimo de arrecadação em relação a estimativa da receita constante da referida proposição, os recursos correspondentes deverão ser objeto de crédito adicional no decorrer do exercício financeiro de 2026.





Seção III

Do Regime de Execução das Programações Incluídas ou Acrescidas por Emendas Parlamentares Individuais Impositivas

- **Art. 49.** O regime de execução tem como finalidade garantir a efetiva entrega à sociedade dos bens e serviços decorrentes de emendas parlamentares independentemente de autoria, de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município de Guarabira.
- **§1º.** Os órgãos de execução devem adotar todos os meios e medidas necessários à execução das programações decorrentes de emendas de que trata esta Seção.
- **§2º.** A aplicação dos recursos reservados ao financiamento de ações e serviços públicos, conforme determinados pela Emenda à Lei Orgânica (Emendas Impositivas), deve ser feita com o destaque dos objetivos e metas alocados, assim como com a classificação programática de todas as emendas apresentadas, para que os autores possam ter a devida clareza tanto da alocação quanto da execução.
- **Art. 50.** É obrigatória a execução orçamentária e financeira, de forma equitativa, das programações decorrentes de emendas de que trata esta Seção, de acordo com a Lei Orgânica do Município de Guarabira.
- **§1º.** Considera-se execução equitativa a execução das programações que atenda de forma igualitária e impessoal as emendas apresentadas, independentemente da autoria, de acordo com a Lei Orgânica do Município.
- **§2º.** A obrigatoriedade de execução orçamentária e financeira de que trata o *caput* compreende, cumulativamente, o empenho e o pagamento, de acordo com a Lei Orgânica do Município.
- **Art. 51.** A Secretaria Legislativa da Câmara Municipal deverá encaminhar à Secretaria de Planejamento, quando entregue o texto aprovado da LOA, cópia da relação das emendas aprovadas na Lei Orçamentária e seus respectivos programas de trabalho para fins de cadastramento no Orçamento do Município, devendo obrigatoriamente conter:
- I Órgão da Administração para o qual será alocado o recurso (em casos de obras e serviços) ou Entidade Beneficiada (nos casos de subvenção social);
 - II Descrição do Objetivo/Meta da Emenda;
 - III Justificativa por escrito da destinação.
- **Art. 52.** Caberá à Secretaria de Planejamento, iniciado o exercício financeiro aprovado, encaminhar aos órgãos do Poder Executivo cabíveis, para analisar a viabilidade técnica e legal de execução das emendas vinculadas aos seus programas de trabalho, sendo dos órgãos no qual o orçamento foi alocado a responsabilidade pela execução, afastada nos casos justificados de impedimentos "não sanados" que impeçam o curso regular de realização da despesa.
- **Art. 53.** Para fins desta Lei e do disposto no inciso II do § 11 do Art. 165 e no § 13 do Art. 166 da Constituição, entende-se como impedimento de ordem técnica a situação ou o evento de ordem fática ou legal que obste ou suspenda a execução da programação orçamentária.





- **§1º.** O dever de execução das programações estabelecido no § 10 do Art. 165 e no § 11 do Art. 166 da Constituição, não impõe a execução de despesa no caso de impedimento de ordem técnica.
- **§2º.** São consideradas hipóteses de impedimentos de ordem técnica, sem prejuízo de outras posteriormente identificadas em ato do Poder Executivo Municipal:
- I a ausência de projeto de engenharia aprovado pelo órgão setorial responsável pela programação, nos casos em que for necessário;
 - II- a ausência de licença ambiental prévia, nos casos em que for necessária;
- III- a inviabilidade de execução de obra nova, não prevista em plano de execução governamental cujo valor de destinação seja inviável para sua aplicação;
- IV- a não comprovação de que os recursos orçamentários e financeiros sejam suficientes para conclusão do projeto ou de etapa útil, com funcionalidade que permita o imediato usufruto dos benefícios pela sociedade;
- V- a incompatibilidade com a política pública aprovada no âmbito do órgão setorial responsável pela programação;
 - VI- a incompatibilidade do objeto da despesa com os atributos da ação orçamentária;
 - VII a incompatibilidade com as diretrizes definidas pelo art. 32 desta Lei;
- VIII falta de documentos indispensáveis para celebração de convênios até o dia 30 de novembro de 2026 por parte da entidade beneficiária;
- IX os impedimentos cujo prazo para superação inviabilize o empenho no exercício financeiro.
- **Art. 54.** A indicação de beneficiários descrita deverá sempre observar o disposto no art. 166 § 9°, da Constituição Federal, no tocante à destinação obrigatória de, pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos valores para ações e serviços públicos de saúde.
- **Art. 55.** Excetua-se da obrigatoriedade, as emendas que não apresentar por parte do autor as informações contidas no art. 51 desta Lei, bem como se o objeto não atendeu ao estabelecido no art. 33 desta Lei, podendo o legislativo municipal revisar as emendas dentro do exercício.
- **Art. 56.** O Poder Executivo enviará as análises técnicas das Secretarias para apreciação e a mudança que achar necessário nas emendas.

Seção IV Das Disposições Finais

- **Art. 57.** O Poder Executivo poderá firmar convênios, com outras esferas de governo para desenvolver programas nas áreas de educação, cultura, saúde e assistência social, bem como infraestrutura, saneamento básico, combate aos efeitos de alterações climáticas, promoção de atividades geradoras de empregos, bem como cooperação técnica e financeira para propiciar realização de atividades e/ou serviços com finalidades públicas.
- **Art. 58.** A prestação de contas anual do Município incluirá relatório de execução com a forma e o detalhe apresentado na lei orçamentária anual, além dos demonstrativos e balanços previstos na legislação federal e ainda nas Resoluções especifica do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba.





- **Art. 59.** O valor do Orçamento para o Poder Legislativo a ser incluído no Orçamento Global do Município, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete) por cento, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.
 - §1°. Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal:
 - I efetuar repasse que supere os limites definidos neste artigo;
 - II não enviar o repasse até o dia vinte de cada mês; ou
 - III enviá-lo a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária.
- **§2°.** Se o Poder Legislativo não encaminhar no prazo legal sua proposta orçamentária, será considerada como proposta a executada no orçamento vigente, tendo como base de referência, a execução relativa ao mês de julho, prevalecendo os acréscimos ou deduções concernentes a Créditos Especiais.
- **Art. 60.** O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício financeiro de 2026, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.
- **Art. 61.** A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor de até 1% (hum por cento) da receita corrente liquida prevista para o exercício de 2026, destinado ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.
- **Art. 62.** O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Estadual e ou Federal através de órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.
- **Art. 63.** O Quadro de Detalhamento da Despesa QDD será parte integrante da Lei Orçamentária Anual LOA de 2026, especificando, para cada categoria de programação, os grupos de despesas e respectivos desdobramentos até o nível de modalidade de aplicação, observados o disposto no art. 14 desta Lei.
- **Art. 64.** Os relatórios resumidos da execução orçamentária serão elaborados e divulgados na conformidade dos art. 52 e 53 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e do Manual de Demonstrativos Fiscais MDF da Secretaria do Tesouro Nacional STN em vigor para o referido exercício financeiro.
- **Art. 65.** Caso o Projeto de Lei Orçamentária não seja sancionado até **31 de dezembro de 2025**, a programação nele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:
 - I Pessoal e encargos sociais;
 - II Serviços da dívida;
- **III -** Sentenças judiciais, inclusive relativas a precatórios ou consideradas de pequeno valor:
- **IV** Outras despesas de capital de projetos em andamento, cuja paralisação possa causar prejuízo ou aumento de custos para administração púbica, até o limite de 1/12 (um doze avos) do valor previsto, multiplicado pelo número de meses total ou parcialmente decorridos até a data de publicação da respectiva lei;





V - Outras despesas correntes de caráter inadiável não autorizadas nos incisos I e IV, até o limite de 1/12 (um doze avos) do valor previsto, multiplicando pelo número de meses total ou parcialmente decorridos até a data de publicação da respectiva lei.

- Art. 66. Revogam-se as disposições em contrário.
- Art. 67. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Guarabira, 27 de junho de 2025.

Maria Hailéa Araújo Toscano Prefeita



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS 2026

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4°, § 1°

		2026				2027				2028		
ESPECIFICAÇÃO	Va	llor	% (a/Pib)	% RCL (a/	Va	alor	% (a/Pib)	% RCL (a/	Va	lor	% (a/Pib)	% RCL (a/
	Corrente	Constante	x 100	RCL)	Corrente	Constante	x 100	RCL)	Corrente	Constante	x 100	RCL)
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	249.991.350	242.710.049	0,203	88,333	264.990.831	249.779.273	0,191	83,333	282.215.235	258.266.918	0,191	78,247
Receita Primária (EXCETO FONTES RPPS) (I)	240.614.850	233.606.650	0,195	85,020	255.051.741	240.410.728	0,184	80,207	271.630.104	248.580.024	0,184	75,312
Receita Primária Corrente	228.862.200	222.196.311	0,186	80,867	242.593.932	228.668.048	0,175	76,290	258.362.538	236.438.321	0,175	71,633
Impostos, Taxas e Contibuição de Melhoria	25.258.170	24.522.495	0,021	8,925	26.773.660	25.236.743	0,019	8,420	28.513.948	26.094.302	0,019	7,906
Transferências Correntes	197.728.230	191.969.155	0,161	69,866	209.591.924	197.560.490	0,151	65,911	223.215.399	204.273.711	0,151	61,889
Demais Receitas Primárias Correntes	5.875.800	5.704.660	0,005	2,076	6.228.348	5.870.815	0,004	1,959	6.633.191	6.070.309	0,004	1,839
Receitas Primárias de Capital	11.752.650	11.410.340	0,010	4,153	12.457.809	11.742.680	0,009	3,918	13.267.567	12.141.703	0,009	3,679
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	249.991.350	242.710.049	0,203	88,333	264.990.831	249.779.273	0,196	85,833	282.215.235	258.266.918	0,203	83,415
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	242.298.585	235.241.345	0,197	85,615	256.836.500	242.093.034	0,190	83,192	273.530.872	250.319.496	0,197	80,848
Despesas Primárias Correntes	209.863.229	203.750.708	0,170	74,154	222.455.023	209.685.195	0,165	72,055	236.914.599	216.810.420	0,171	70,025
Pessoal e Encargos Sociais	137.022.900	133.031.942	0,111	48,416	145.244.274	136.906.659	0,108	47,046	154.685.152	141.558.827	0,111	45,721
Outras Despesas Correntes	72.840.329	70.718.766	0,059	25,738	77.210.749	72.778.536	0,057	25,009	82.229.448	75.251.593	0,059	24,305
Despesas Primárias de Capital	32.435.356	31.490.637	0,026	11,461	34.381.477	32.407.840	0,025	11,136	36.616.273	33.509.077	0,026	10,823
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias												90,244 S
Receita Total (COM FONTES RPPS)	288.321.600	279.923.884	0,234	101,877	305.620.896	288.077.006	0,220	96,110	325.486.254	297.866.031	0,220	90,244
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	273.695.100	265.723.398	0,222	96,708	290.116.806	273.462.915	0,209	91,234	308.974.398	282.755.344	0,209	85,666 P
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	288.321.600	279.923.884	0,234	101,877	305.620.896	288.077.006	0,227	98,993	325.486.254	297.866.031	0,235	96,205
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	273.012.135	265.060.325	0,222	96,467	289.392.863	272.780.529	0,215	93,737	308.203.399	282.049.770	0,222	91,096
Resultado Primário (SEM RPPS) (V) = (I-II)	-1.683.735	-1.634.694	-0,001	-0,595	-1.784.759	-1.682.306	-0,007	-2,984	-1.900.768	-1.739.472	-0,013	-5,536 [≮]
Resultado Primário (COM RPPS) (VI) = (V)+(III-IV)	-1.000.770	-971.621	-0,001	-0,354	-1.060.816	-999.921	-0,013	-5,487	-1.129.769	-1.033.899	-0,027	- 1 0,967
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (SEM RPPS)	2.341.500	2.273.301	0,002	0,827	2.481.990	2.339.514	0,002	0,781	2.643.319	2.419.012	0,002	0,733 💆
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (SEM RPPS)	3.150	3.058	0,000	0,001	3.339	3.147	0,000	0,001	3.556	3.254	0,000	0,001
Dívida Pública Consolidada (DC)												
Dívida Consolidada Líquida (DCL)												pessoa:
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	2.338.350	2.270.243	0,002	0,826	2.478.651	2.336.366	0,002	0,779	2.639.763	2.415.757	0,002	0,732 ←

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS METAS ANUAIS 2026

TABELA DE MEMÓRIA DE CÁLCULO E METODOLOGIA

TABELA AUXILIAR

VARIÁVEIS	2026	2027	2028		
Inflação Média %	3,000	3,000	3,000		
Deflação p/ Valor Constante	1,030	1,061	1,093		
Receita Corrente Líquida	269.533.950	285.705.987	304.276.876		
Projeção do PIB do Estado	117.279.000.000	124.819.000.000	124.819.000.000		
Percentual de Crescimento %	2,000	3,000	3,500		

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Avaliação do Cumprimento de Metas Fiscais do Exercício Anterior 2026

ANEXO DE METAS FISCAIS

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas	% PIB	% RCL	Metas Realizadas	% PIB	% RCL	Varia	ação
ESFECIFICAÇÃO	em 2024 (a)	/0 FIB	% RCL	em 2024 (b)	/0 FID	% RCL	Valor c = (b - a)	% (c / a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	211.434.000	0,206	000,000	215.493.693	0,210	692,660	4.059.693	1,920
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	201.294.000	0,196	000,000	213.681.911	0,208	910,900	12.387.911	6,154
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	211.434.000	0,206	000,000	215.110.508	0,209	508,300	3.676.508	1,739
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	203.846.000	0,198	000,000	208.500.298	0,203	297,790	4.654.298	2,283
Receita Total (COM FONTES RPPS)	28.897.000	0,028	000,000	41.612.080	0,041	079,890	12.715.080	44,001
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	25.897.000	0,025	000,000	41.612.080	0,032	412,950	15.715.080	60,683
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	28.897.000	0,028	000,000	25.269.332	0,025	332,070	-3.627.668	-12,554
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	23.419.000	0,023	000,000	25.266.064	0,025	064,420	1.847.064	7,887
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V)	-2.552.000	-0,002	000,000	5.181.613	0,005	613,110	7.733.613	-303,041
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI	-74.000	0,000	000,000	12.316.962	0,012	961,640	12.390.962	-16.744,543

TABELA AUXILIAR

VARIÁVEIS	VALOR
Valor Efetivo do PIB	102.728.000.000
Previsão do PIB	102.728.000.000,000

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores 2026

METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS VALORES CONSTANTES

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO					С	ORRENTE					
ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	185.038.000	211.434.000	12,48	238.087.000	11,19	249.991.350	4,76	264.990.831	5,66	282.215.235	6,10
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS)(I)	175.491.000	201.294.000	12,82	229.157.000	12,16	240.614.850	4,76	255.051.741	5,66	271.630.104	6,10
Despesa total (EXCETO FONTES RPPS)	185.038.000	211.434.000	12,48	238.087.000	11,19	249.991.350	4,76	264.990.831	5,66	282.215.235	6,10
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS)(179.338.106	203.846.000	12,02	230.760.557	11,66	242.298.585	4,76	256.836.500	5,66	273.530.872	6,10
Receita Total (COM FONTES RPPS)	25.461.000	28.897.000	11,89	36.505.000	20,84	38.330.250	4,76	40.630.065	5,66	43.271.019	6,10
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS)(III)	24.461.000	25.897.000	5,55	31.505.000	17,80	33.080.250	4,76	35.065.065	5,66	37.344.294	6,10
Despesa total (COM FONTES RPPS)	25.461.000	28.897.000	11,89	36.505.000	20,84	38.330.250	4,76	40.630.065	5,66	43.271.019	6,10
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS)(IV)	16.977.000	23.419.000	27,51	29.251.000	19,94	30.713.550	4,76	32.556.363	5,66	34.672.527	6,10
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linh	-3.847.106	-2.552.000	-50,75	-1.603.557	-59,15	-1.683.735	4,76	-1.784.759	5,66	-1.900.768	6,10
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Lin	3.636.894	-74.000	5.014,72	650.443	111,38	682.965	4,76	723.943	5,66	770.999	6,10
Dívida Pública Consolidada (DC)	56.109.536	85.408.967	34,30	77.714.624	-9,90	81.600.355	4,76	86.496.377	5,66	92.118.641	6,10
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	34.938.582	61.743.547	43,41	49.643.936	-24,37	52.126.133	4,76	55.253.701	5,66	58.845.192	6,10
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Lin	1.000.000	3.000.000	66,67	5.000.000	40,00	5.250.000	4,76	5.565.000	5,66	5.926.725	6,10

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores 2026

METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS VALORES CONSTANTES

ESPECIFICAÇÃO		•			C	ONSTANTE				•	
ESPECIFICAÇÃO	2023	2024	%	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)						231.152.427	100,00	224.419.832	-3,00	217.883.332	-3,00
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS)(I)						222.482.524	100,00	216.002.451	-3,00	209.711.117	-3,00
Despesa total (EXCETO FONTES RPPS)						231.152.427	100,00	224.419.832	-3,00	217.883.332	-3,00
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS)(224.039.376	100,00	217.513.957	-3,00	211.178.599	-3,00
Receita Total (COM FONTES RPPS)						35.441.748	100,00	34.409.464	-3,00	33.407.246	-3,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS)(III)						30.587.379	100,00	29.696.484	-3,00	28.831.538	-3,00
Despesa total (COM FONTES RPPS)						35.441.748	100,00	34.409.464	-3,00	33.407.246	-3,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS)(IV)						28.399.029	100,00	27.571.873	-3,00	26.768.809	-3,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linh						-1.556.851	100,00	-1.511.506	-3,00	-1.467.482	-3,00
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Lin						631.498	100,00	613.105	-3,00	595.247	-3,00
Dívida Pública Consolidada (DC)						75.451.092	100,00	73.253.487	-3,00	71.119.890	-3,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)						48.197.997	100,00	46.794.171	-3,00	45.431.234	-3,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Lin						4.854.369	100,00	4.712.980	-3,00	4.575.708	-3,00

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores 2026

METODOLOGIA DE CÁLCULO DOS VALORES CONSTANTES

	ÍNDICES DE INFLAÇÃO								
2023	2023 2024 2025 2026 2027 2028								
4,620	4,830	3,000	3,000	3,000	3,000				

ÍNDICES DEFLAÇÃO - VALOR CONSTANTE								
2023 2024 2025 2026 2027 2028								
0,00000	0,00000	0,00000	1,03000	1,06090	1,09273			

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS **ANEXO DE METAS FISCAIS** Evolução do Patrimônio Líquido 2026

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, ar. 4°, § 2°, incsio III)

Patrimônio Líquido	2024	4 % 2023		%	2022	%
Patrimônio/Capital	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Reservas	0,00	0	0,00	0	0,00	0
Resultado Acumulado	53.623.380,00	0	43.304.473,96	0	37.919.831,70	0
TOTAL	53.623.380,00		43.304.473,96		37.919.831,70	

REGIME PREVIDENCIÁRIO

Patrimônio Líquido	2024	%	2023	2023 %		%	
Patrimônio/Capital	0,00	0	0,00	0	0,00	0	
Reservas	0,00	0	0,00	0	0,00	0	
Resultado Acumulado	12.748.166,96	0	-8.814.474,33	0	-35.991.877,50	0	
TOTAL	12.748.166,96	12.748.166,96		-8.814.474,33		-35.991.877,50	

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATRUARIAL DO RPPS 2026

ORIGEM E APLICAÇÃO DE RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS 2026

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, ar. 4°, § 2°, inciso III)

VALOR (III)

RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (b)	2022 (c)		
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I) Alienação de Bens Móveis Alienação de Bens Imóveis	NADA A DECLARAR				
DESPESAS EXECUTADAS	2024 (d)	2023 (e)	2022 (f)		
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II) DESPESAS DE CAPITAL Investimentos Inversões Financeiras Amortização da Dívida DESPESAS CORRENTES Regime Geral de Previdência Social Regime Próprio de Previdência dos Servidores	NAC	OA A DECLAR	AR		
SALDO FINANCEIRO	2024 (g) = ((la-lld)+lllh)	2023 (h) = ((lb-lle)+llli)	2022 (i) = (Ic-IIf)		

NADA A DECLARAR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATRUARIAL DO RPPS 2026

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, ar. 4°, § 2°, inciso IV, alinea "a")

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME		DÊNCIA DOS SERVID	ORES
PLANO PREVID			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (I)	40.397.614,34	44.524.383,39	41.612.079,89
Receita de Contribuições dos Segurados	6.424.450,68	7.438.072,87	7.981.362,26
Civil	6.424.450,68	7.438.072,87	7.981.362,26
Receita de Contribuições Patronais	23.904.533,61	19.915.893,91	21.430.856,48
Civil	23.904.533,61	19.915.893,91	21.430.856,48
Em Regime de Parcelamento	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	7.554.418,93	13.487.564,63	9.210.666,94
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	7.554.418,93	13.487.564,63	9.210.666,94
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Receita de Aporte Periódico de Valores Definidos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	2.514.211,12	3.682.851,98	2.989.194,21
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	2.514.211,12	3.682.851,98	2.989.194,21
RECEITAS DE CAPITAL (II) TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIARIAS RPPS (III) = (I + II)	0,00 40.397.614,34	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS		44.524.383,39	41.612.079,89
	2022	2023	2024
ADMINISTRAÇÃO (IV)	858.806,61	956.366,64	1.166.426,35
Despesas Correntes	718.874,30	818.621,59	1.069.047,31
Despesas de Capital	139.932,31	137.745,05	97.379,04
PREVIDÊNCIA (V)	18.386.518,99	21.151.739,87	24.102.905,72
Benefícios - Civil	18.386.518,99	21.151.739,87	24.102.905,72
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (VI) = (IV + V)	19.245.325,60	22.108.106,51	25.269.332,07
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	21.152.288,74	22.416.276,88	16.342.747,82
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	2022	2023	2024
VALOR	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2022	2023	2024
VALOR	4.631.000,00	8.449.000,00	5.443.000,00
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	2022	2023	2024
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - Aporte de Valores Predefinidos	0,00	0,00	0,00
Plano de Amortização - contribuição Patronal Suplementar	0,00	0,00	0,00
BENS E DIREITOS DO RPPS	2022	2023	2024
Caixa e Equivalente de Caixa	98.012.099,63	120.457.885,98	136.774.995,02
Investimentos e Aplicações	136.617,68	123.604,26	43.019,01
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00	0,00

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS **ANEXO DE METAS FISCAIS** AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATRUARIAL DO RPPS

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2023	2024
RECEITAS CORRENTES (VIII)			
Receitas de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Militar			
Receita de Contribuição Patronal			
Civil			
Militar			
Em Regime de Parcelamento		NADA A INFORMAR	
Receita Patrimonial			
Receitas de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (IX)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2022	2023	2024
ADMINISTRAÇÃO (XI)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (XII)		NADA A INFORMAR	
Benefícios - Civil			
Benefícios - Militar			
Outras Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESA PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (XIII) = (XI +XII)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2022	2023	2024
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira			
Recursos para Formação de Reserva			

ANEXO 6 - FLUXO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA (PB) RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL 2024 a 2099

	Anexo 10 (LRF art. 53, § 1°, inciso II) RECEITAS DESPESAS RESULTADO			R\$ 2 SALDO FINANCEIRO		
ANO	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIAS	PREVIDENCIÁRIO	EXERCÍCIO		
A110	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d "anterior" + d		
2024	(a)	(6)	(c) – (a-b)	136.818.014,03		
	40.960.542.29	31.299.090,98	9.570.452,30	146.388.466,33		
2025 2026	40.869.543,28 40.563.296,98	33.013.221,67	·			
	·		7.550.075,31	153.938.541,64		
2027	41.090.743,19	34.084.300,31	7.006.442,88	160.944.984,52		
2028	41.464.344,73	35.579.123,94	5.885.220,79 3.104.035,60	166.830.205,31		
2029	40.188.521,82 39.901.827,20	37.084.486,22	,	169.934.240,91		
2030	,	39.841.691,49	60.135,71	169.994.376,63 169.763.165,86		
2031	40.095.406,40	40.326.617,16	(231.210,76)	· ·		
2032	39.969.929,67	41.924.495,04	(1.954.565,37)	167.808.600,50		
2033	39.876.597,11	42.936.026,17	(3.059.429,06)	164.749.171,43		
2034	36.344.733,11	43.700.209,00	(7.355.475,89)	157.393.695,54		
2035	35.713.096,23	44.557.303,09	(8.844.206,86)	148.549.488,68		
2036	35.152.742,88	45.275.210,82	(10.122.467,94)	138.427.020,75		
2037	34.491.040,48	45.674.782,00	(11.183.741,52)	127.243.279,23		
2038	33.920.792,74	45.652.600,56	(11.731.807,82)	115.511.471,41		
2039	33.252.294,68	45.889.611,31	(12.637.316,63)	102.874.154,78		
2040	32.510.456,80	46.031.084,69	(13.520.627,89)	89.353.526,89		
2041	31.724.057,00	46.064.807,78	(14.340.750,78)	75.012.776,11		
2042	31.001.951,88	45.658.595,71	(14.656.643,83)	60.356.132,28		
2043	30.044.353,99	45.816.104,57	(15.771.750,58)	44.584.381,70		
2044	29.140.168,02	45.507.403,83	(16.367.235,81)	28.217.145,89		
2045	28.135.436,14	45.337.945,51	(17.202.509,37)	11.014.636,52		
2046	27.106.032,95	44.979.150,60	(17.873.117,65)	-		
2047	26.266.130,23	44.891.801,53	(18.625.671,30)	-		
2048	25.975.185,73	44.725.868,32	(18.750.682,59)	-		
2049	25.874.486,60	43.970.511,56	(18.096.024,96)	-		
2050	25.902.250,20	42.831.113,75	(16.928.863,55)	-		
2051	25.942.811,72	41.589.847,53	(15.647.035,81)	-		
2052	25.972.752,33	40.361.004,38	(14.388.252,05)	-		
2053	26.073.587,71	38.907.686,51	(12.834.098,80)	-		
2054	26.106.292,76	37.630.866,86	(11.524.574,10)	-		
2055	26.189.695,74	36.200.964,74	(10.011.269,00)	-		
2056	26.335.888,23	34.630.013,84	(8.294.125,61)	-		
2057	2.010.117,52	32.934.592,42	(30.924.474,90)	-		
2058	1.826.560,59	31.180.526,67	(29.353.966,08)	-		
2059	1.623.620,93	29.496.581,04	(27.872.960,11)	-		
2060	1.502.823,71	27.620.154,19	(26.117.330,48)	-		
2061	1.369.404,17	25.821.505,20	(24.452.101,03)	-		
2062	1.270.353,85	23.980.552,35	(22.710.198,50)	-		
2063	1.158.036,80	22.238.274,23	(21.080.237,43)	-		
2064	1.064.841,45	20.515.109,54	(19.450.268,09)	-		
2065	974.758,68	18.861.150,62	(17.886.391,94)	-		
2066	880.785,47	17.299.793,68	(16.419.008,21)	-		
2067	798.549,63	15.792.697,95	(14.994.148,32)	-		
2068	725.298,52	14.350.674,90	(13.625.376,38)	-		
2069	656.079,15	12.988.546,34	(12.332.467,19)	-		
2070	590.971,88	11.707.563,94	(11.116.592,06)	-		
2071	530.011,40	10.508.107,87	(9.978.096,47)	-		
2072	473.191,20	9.389.771,55	(8.916.580,35)	-		

ANO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO
2072	(a)	(b)	(c) = (a-b)	(d) = (d "anterior" + c)
2073	420.464,33	8.351.426,29	(7.930.961,96)	-
2074	371.743,50	7.391.173,59	(7.019.430,09)	-
2075	326.926,08	6.506.871,56	(6.179.945,48)	-
2076	285.899,55	5.696.237,32	(5.410.337,77)	-
2077	248.542,00	4.956.844,39	(4.708.302,39)	-
2078	214.725,97	4.286.277,02	(4.071.551,05)	-
2079	184.304,26	3.681.871,44	(3.497.567,18)	-
2080	157.113,98	3.140.720,22	(2.983.606,24)	-
2081	132.969,57	2.659.468,56	(2.526.498,99)	-
2082	111.670,75	2.234.430,63	(2.122.759,88)	-
2083	93.012,83	1.861.729,06	(1.768.716,23)	-
2084	76.787,48	1.537.402,17	(1.460.614,69)	-
2085	62.794,40	1.257.534,81	(1.194.740,41)	-
2086	50.830,99	1.018.147,10	(967.316,11)	-
2087	40.697,84	815.307,52	(774.609,68)	-
2088	32.196,98	645.082,70	(612.885,72)	-
2089	25.137,87	503.688,42	(478.550,55)	-
2090	19.335,63	387.442,54	(368.106,91)	-
2091	14.618,46	292.930,22	(278.311,76)	-
2092	10.835,67	217.141,04	(206.305,37)	-
2093	7.854,53	157.410,45	(149.555,92)	-
2094	5.555,77	111.350,30	(105.794,53)	-
2095	3.829,05	76.753,45	(72.924,40)	-
2096	2.569,71	51.513,53	(48.943,82)	-
2097	1.678,06	33.639,20	(31.961,14)	-
2098	1.064,06	21.328,77	(20.264,71)	-
2099	652,61	13.078,60	(12.425,99)	-

- 1. Projeção atuarial elaborada em 31/12/2024 e oficialmente enviada para a Secretaria de Previdência.
- 2. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

Item	Valores
Data Base dos Dados da Avaliação	31/12/2024
N° de Servidores Ativos	1.236
Folha Salarial Ativos	R\$4.369.420,99
Idade Média de Ativos	46,9 anos
N° de Servidores Inativos	642
Folha dos Inativos	R\$1.879.312,54
Idade Média de Inativos	66,3 anos
Crescimento Real de Remunerações de Ativos	1,00% ao ano
Crescimento Real de Proventos de Inativos	0,00% ao ano
Taxa Média de Inflação	Não Adotado
Taxa de Crescimento do PIB	Não Adotado
Taxa de Juros Real	5,02%ao ano
Experiência de Mortalidade e Sobrevivência de Válidos e Inválidos	IBGE 2023 Separada por sexo
Experiência de Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Gerações Futuras ou Novos Entrados	Não Adotado

Fonte: ACTUARIAL - Assessoria e Consultoria Atuarial Ltda Atuário Responsável: Luiz Cláudio Kogut - MIBA 1.308

GUARABIRA - PARAIBA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMETÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2026

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1.00

		SETOR	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			
TRIBUTO	MODALIDDE	PROGRAMA			COMPENSAÇÃO	
		BENEFICIÁRIO	2025	2026	2027	
IPTU	Remissão de juros e multa	REFIS	3.389.725,74	3.491.417,51	3.561.245,86	
ISSQN	Remissão de juros e multa	REFIS	400.181,71	412.187,16	420.430,90	
TAXAS	Remissão de juros e multa	REFIS	98.305,02	101.254,17	103.279,25	
	<u> </u>					

NOTA: Impacto orçamentário inexistente, na forma como vêm sendo projetada as receitas, o valor da renúncia fiscal não é levado em consideração, posto que a receita está sendo estimada pelo seu valor liquido, não sendo considerado os valoes de juros e multas renunciados

Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://guarabira.1doc.com.br/verificacao/8759-8359-E765-05E3 e informe o código 8759-8359-E765-05E3

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA



DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE RUA SOLON DE LUCENA, 26 CENTRO GUARABIRA-PB CEP:58200-000 FONE: (83) 3502-1245

Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado 2026

14/04/2025 10:54 Página 1 de 1

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

Evento	Valor Previsto 2025
Aumento Permanente da Receita (-) Transferências Constitucionais	
(-) Transferências do FUNDEB	
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	Nada a Badasas
Redução Permanente de Despesa (II)	Nada a Declarar
Margem Bruta (III) = (I+II)	
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de Expanção de DOCC (V) = (III-IV)	

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA



DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE RUA SOLON DE LUCENA, 26 CENTRO GUARABIRA-PB CEP:58200-000 FONE: (83) 3502-1245

Ações de Capital - PPA 2026

Especificação

PODER LEGISLATIVO

CONSTRUIR E/OU AMPLIAR PREDIO DA CAMARA MUNICIPAL ADQUIRIR VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA O LEGISLATIVO

PODER EXECUTIVO

GABINETE DA PREFEITA

EQUIPAR O GABINETE DO PREFEITA

SECCRETARIA DE PLANEJAMENTO

ADQUIRIR EQUIPAMENTOS PARA SEC DE PLANEJAMENTO

SECRETARIA DE ADMINSTRAÇÃO

ADQUIRIR EQUIPAMENTOS/VEICULOS PARA SEC. ADMINISTRAÇÃO REFORMAR/RECUPERAR PREDIO DO PAÇO MUNICIPAL

SECERTARIA DAS FINANÇAS

REFORMAR/MODERNIZAR PREDIO DA SEFIN EQUIPAR/MODERNIZAR A SEFIN

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SEAS/FMAS

EQUIPAR SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL - FUNDO MUN ASSIST SOCIAL

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CONSTRUIR/AMPLIAR/RÉFORMAR/EQUIPAR UNIDADES DE ENSINO INFANTIL CONSTRUIR/AMPLIAR/REFORMAR/EQUIPAR UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL REFORMAR/AMPLIAR/EQUIPAR PREDIOS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ADQUIRIR/DESAPROPRIAR IMOVEIS PARA EDUCAÇÃO REFORMAR/AMPLIAR/EQUIPAR BIBLIOTECA PUBLICA CONSTRUIR/REOFRMAR/AMPLIAR GINASIOS ESPORTIVOS DAS ESCOLAS ADQUIRIR VEICULO TRANSPORTE ESCOLAR

SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO

CONSTRUIR/AMPLIAR/REFORMAR PREDIOS P/EQUIPAMENTOS CULTURAIS (MUSEU/BIBLIOTECA)
ADQUIRIR EQUIPAMENTOS PARA SEC CULTURA E TURISMO
CONSTRUIR CICLOVIAS NO CANAL DO JUÁ
CONSTRUIR CENTRO ESPORTIVO INFANTIL

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

CONSTRUIR ACESSIBILIDADE EM CALÇADAS, PREDIOS E VIAS PUBLICAS
CONSTRUIR/REFORMAR E/OU AMPLIAR PREDIOS PUBLICOS
DESAPROPRIAÇAO DE IMOVEIS
CONSTRUÇÃO/MANUTENÇAO DE RODOVIA MUNICIPAL
CONSTRUIR/AMPLIAR CEMITÉRIOS MUNICIPAIS
MELHORIAS INFRAESTRUTURA URBANA NO SANTUÁRIO FREI DAMIAO E SITIO MATA LIMPA
DRENAR E PAVIMENTAR/RECAPEAR RUAS E AVENIDAS
ADQUIRIR VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA SEC INFRA ESTRUTURA
MELHORIA NA ILUMINAÇAO PUBLICA DO MUNICIPIO
CONSTRUIR PASSAGENS MOLHADA – ZONA URBANA
CONSTRUIR/REFORMAR PRAÇAS E ESPAÇOS DE CONVIVÊNCIAS MUNICIPAIS

ADQUIRIR TERRENO C/GALPOES, PREDIO E CANTINO P/CONSTRUIR CENTRO ADMINISTRATIVO

SECRETARIA DE URBANISMO, MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

ADQUIRIR VEICULO E EQUIPAMENTO P/SEC URBANISMO MEIO AMBIENTE IMPLANTAÇAO DE MELHORIAS SANITARIAS DOMICILIARES CONSTRUIR/RESTAURAR ESGOTOS E GALERIAS PLUVIAIS CONSTUIR PONTES E BUEIROS CELULAR INTERLIGANDO BAIRROS CONSTRUIR/REFORMAR/EQUIPAR O HORTO MUNICIPAL EXECUTAR PLANO DE RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS - PRAD CONSTRUIR/REFORMAR/AMPLIAR MERCADO PUBLICO MUNICIPAL

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO DA AGROP E DA PESCA

ADQUIRIR EQUIPAMENTOS/MAQUINAS PARA SECRETARIA DE DESENV AGROP E PESCA

Assinado por 1 pessoa: MARIA HAILEA ARAUJO TOSCANO

Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://guarabira.1doc.com.br/verificacao/8759-8359-E765-05E3 e informe o código 8759-8359-E765-05E3

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARABIRA



08785479000120

RUA SOLON DE LUCENA, 26 CENTRO GUARABIRA-PB CEP:58200-000 FONE: (83) 3271-4250

Ações de Capital - PPA 2026

CONSTRUIR/PERFURAR/INSTALAR POÇOS TUBULARES, AMAZONAS E TANQUES CONSTRUIR/RECUPERAR AÇUDES, BARRAGENS, BARREIROS E CISTERNAS CONSTRUIR/AMPLIAR SISTEMA DE ABASTECIMENTO DAGUA RURAL REFORMA/AMPLIAR/CONSTRUIR MATADOURO PUBLICO MUNICIPAL MELHORIAS E AMPLIAÇÃO DA FEIRA DE GADO CONSTRUIR/AMPLIAR BOEIROS, PONTILHOES, PASSAGEN MOLHADA E ESTRADAS VICINAIS

SECRETARIA DE ESPORTES, LAZER E DA JUVENTUDE

REFORMA/AMPLIAÇÃO/CONSTRUÇAO DE ESTÁDIO MUNICIPAL CONSTRUIR/AMPLIAR/REFORMA QUADRA POLIESPORTIVA E QUADRA ESPORTIVA DESCOBERTA CONSTRUIR ESPAÇO ESPORTIVO COMUNITÁRIO ADQUIRIR EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIAS AO AR LIVRE

SECRETARIA DE COMERCIO, INDUSTRIA E DESENV ECONÔMICO

ADQUIRIR EQUPAMENTOS PARA SEC COM., IND. E DES. ECONÔMICO

SECETARIA DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA

CONSTRUIR E EQUIPAR CENTRO DE REFERÊNCIA E APOIO A MULHERES ADQUIRIR EQUIPAMENTOS PARA SEC DA MULHER E DA DIVERSIDADE HUMANA

SECRETARIA DE SAÚDE

CONSTRUIR/REFORMAR/EQUIPAR ESPAÇO FISICO PARA ACADEMIAS DE SAUDE (ZONA RURAL E URBANA)

ADQUIRIR VEÍCULO E EQUIPAMENTOS PARA ATENÇÃO BÁSICA
CONTRUIR/REFORMAR E/OU AMPLIAR UNIDADES DE SAUDE
DESAPROPRIAR IMOVEIS
CONSTRUIR E/OU AMPLIAR UND SAUDE ESPECIALIZADAS EM ATEND À PESSOA AUTISTA
ADQUIRIR VEICULO (UTILITÁRIO/AMBULÂNCIA/UNIDADE MÓVEL) E EQUIPAMENTOS PARA

ADQUIRIR VEICULO (UTILITÁRIO/AMBULÂNCIA/UNIDADE MÓVEL) E EQUIPAMENTOS PARA SAUDE ESPE CONSTRUIR/REFORMAR/EEUIPAR CENTRO DE VIVENCIA COMPLEXO DE SAUDE CONSTRUIR/REFORMAR/EQUIPAR CAPS INFANTIL CONSTRUIR/REFORMAR/EQUIPAR STUDIO DE PILATES

SUPERINTENDENCIA EXECUTIVA DE MOBILIDADE URBANA - SEMOB

REFORMAR/AMPLIAR/CONSTRUIR/EQUIPAR SEDE DA SEMOB

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA - IAPM INST. ASSIST. E PREV. MUNICIPA

CONSTRUIR/REFORMAR/EQUIPAR PREDIO DO INSTITUTO

GUARABIRA, 15 de Abril de 2025

MARIA HAILEA ARAUJO TOSCANO Prefeita Assinado por 1 pessoa: MARIA HAILEA ARAUJO TOSCANO

MUNICÍPIO DE GUARABIRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS

II - DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2026

	20	20	
6 LDE 40, 8, 20			D¢ 1.0
LRF, art 4°, § 3° PASSIVOS CONTINGENTI	ES	PROVIDÊNCIA	R\$ 1,0
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	21.886.112.54	Parcelamento em andamento	68.607.733,14
Dívidas em Processos de Reconhecimentos		Desjudicialização	
Avais e Garantias Concedidas	-	Precatórios	21.886.112,54
Assunção de Passivos	68.607.733,14	Para inscrição na dívida	
Assistencias Diversas		Passivos de Cancelamentos	-
Outros Passivos Contingentes	-		
SUB TOTAL	90.493.845,68	SUB TOTAL	90.493.845,68
DEMAIS RISCOS FISCAIS PAS	SIVOS	PROVIDENCIA	S
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustação de Arrecadação			
Restituição de Tributos a Maior	-		
Discrepância de Projeções	-		
Outros Riscos	-		
	-		
SUB TOTAL	-	SUB TOTAL	-
TOTAL	90.493.845,68	TOTAL	90.493.845,68

MARIA HAILEA ARAUJO TOSCANO Prefeita